



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0263200-19.2001.5.01.0451

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/09/2001

Valor da causa: R\$ 0,01

Partes:

RECLAMANTE: INGRID DE OLIVEIRA ARAUJO

ADVOGADO: ANA MARTHA MANDETTA

ADVOGADO: NILDON DE MATOS VIEIRA JUNIOR

RECLAMANTE: PABLO DE OLIVEIRA ARAUJO

ADVOGADO: ANA MARTHA MANDETTA

RECLAMADO: NELSON CID LOUREIRO (Espólio de), representado pela Inventariante
GEORGIA MARIA FARIA CID LOUREIRO

ADVOGADO: ARIEL BENITA DUQUE ESTRADA

TERCEIRO INTERESSADO: MARIA LUIZA DA CONCEICAO CID LOUREIRO

TERCEIRO INTERESSADO: 2ª Vara da Comarca de Rio Bonito

TERCEIRO INTERESSADO: GEORGIA MARIA FARIA CID LOUREIRO

ADVOGADO: ARIEL BENITA DUQUE ESTRADA

TERCEIRO INTERESSADO: IMÓVEL MATRÍCULA 1.050

TERCEIRO INTERESSADO: 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMOVEIS DE RIO BONITO

TERCEIRO INTERESSADO: Instituto Nacional do Seguro Social

TERCEIRO INTERESSADO: IMÓVEL MATRÍCULA Nº 6.482

TERCEIRO INTERESSADO: IMÓVEL MATRÍCULA Nº 6.481

TERCEIRO INTERESSADO: IMÓVEL MATRÍCULA Nº 253

LEILOEIRO: RENATO GUEDES ROCHA

TERCEIRO INTERESSADO: DROGARIA VIVA MAIS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

A Dra. DIANE ROCHA TROCOLI AHLERT, Juíza do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Itaboraí, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que será realizado leilão, na modalidade ELETRÔNICA, através do www.rioleiloes.com.br, na seguinte forma:

1º LEILÃO: 04/08/2026, com encerramento às 09:00 horas, pelo valor da avaliação.

2º LEILÃO: 04/08/2026, com encerramento às 10:00 horas, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado.

REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

LEILOEIRO OFICIAL: Renato Guedes Rocha, JUCERJA sob nº. 211/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

AUTOS Nº. 0263200-19.2001.5.01.0451 – ATOrd

RECLAMANTES: INGRID DE OLIVEIRA ARAÚJO (CPF: 145.129.387-96) e PABLO DE OLIVEIRA ARAÚJO (CPF: 134.028.477-44)

RECLAMADOS: ESPÓLIO DE NELSON CID LOUREIRO, REPRESENTADO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

PELA INVENTARIANTE GEORGIA MARIA FARIA CID LOUREIRO

LOCALIZAÇÃO DOS BENS: **Item 01)** Conforme descrição abaixo; **Item 02)** Rua Getúlio Vargas, 130, Apartamento 601, Centro, Rio Bonito/RJ; **Item 03)** Rua Getúlio Vargas, 130, Loja Comercial 101, Centro, Rio Bonito/RJ..

DESCRIÇÃO DOS BENS: **01) IMÓVEL:** a) Data de Terras própria, não foreira, com suas respectivas benfeitorias, situada em Rio Vermelho, zona rural do 1º distrito deste município de Rio Bonito/RJ, medindo 107,5 (cento e sete e meia) braças de testada, por setecentas e cinquenta (750) ditas de fundos, fazendo testada com Miguel Pereira da Silva Júnior, fundos com Nenen Castro ou Major Soares, dividindo pelo nascente a poente com Miguel Pereira da Silva Júnior e ainda, pelo poente com a viúva Marinho e do qual se deduz a área de 35.040,00m² que foram anteriormente permutadas com Bernardino Antunes Filho e sua mulher; b) Fração de terra, situada em Viçosa, zona rural do primeiro distrito deste município de Rio Bonito/RJ, com a área de 112.932,00m², mais ou menos que confronta pela frente com a estrada que segue para Rio Vermelho, pelos fundos com herdeiros de João Sampaio, pelo nascente com José de Sá Soares e pelo poente com terras de Bernardino Antunes Figueiredo e sua mulher; c) Data de terras própria, situada em Viçosa, zona rural do primeiro distrito deste município de Rio Bonito/RJ, com a área de 196.020,00m², que mede 178,20m de largura na frente por 1.100 (mil e cem) ditos de extensão da frente ao fundo, fazendo frente com sucessores de Martinho José Barbosa e fundos com os vendedores, dividindo pelo nascente com Renato Clóvis de Oliveira, sucessor de Robert Lee Gorham e pelo poente com quem de direito; tendo as três áreas descritas e caracterizadas na presente, a área de 664.137,00m² (seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e sete metros quadrados), mais ou menos. Imóvel matriculado sob o nº 253 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Bonito/RJ.

AVALIAÇÃO: R\$ 9.350.000,00 (nove milhões, trezentos e cinquenta mil reais), em



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

27 de agosto de 2025.

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 4.675.000,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil reais).

02) Apartamento nº 601 (seiscentos e um), no sexto pavimento do edifício "Sambê Central Residence", situado à Rua Getúlio Vargas nº 130, Rio Bonito/RJ, com vestíbulo, sala, dois banheiros sociais, dois quartos, uma suíte, circulação, copa/cozinha, depósito, área de serviço, WC e varanda, com área construída de 112,74m² (cento e doze metros e setenta e quatro centímetros quadrados), com direito a duas vagas na garagem e a fração ideal correspondente a 474,87/10.000 avos ou 0,047487, sendo: 434,39/10.000 avos ou 0,043439 referente ao apartamento e 40,48/10.000 avos ou 0,004048 referente à duas vagas na garagem do terreno medindo 21,00m de frente para a referida rua Getúlio Vargas; 18,00m nos fundos com estrada de Ferro Leopoldina Railway; dividindo de um lado com Jovelina Martins Cavalcanti, numa extensão de 31,00m e do outro, com idêntica extensão, dividindo com Manoel Nunes de Abreu, formando a área de 585,00m² (quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados). Imóvel matriculado sob o nº 6.481 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Bonito/RJ.

AVALIAÇÃO: R\$ 655.000,00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil reais), em 01 de setembro de 2025.

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 327.500,00 (trezentos e vinte e sete mil e quinhentos reais).

03) Loja comercial nº 101 (cento e um), no pavimento térreo do Edifício "Sambê Central Residence", situado à rua Getúlio Vargas, nº 130, nesta cidade de Rio Bonito/RJ, com um banheiro, área construída de 115,91m² (cento e cinquenta e um metros e noventa e um centímetros quadrados) e fração ideal correspondente a 264,44/10.000 avos ou 0,026444 do respectivo terreno, medindo 21,00m de frente para a referida rua Getúlio Vargas; 18,00m nos fundos com estrada de Ferro



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ**

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

Leopoldina Railway; dividindo de um lado com Jovelina Martins Cavalcanti, numa extensão de 31,00m e do outro, com idêntica extensão, dividindo com Manoel Nunes de Abreu, formando a área de 585,00m² (quinhentos e oitenta e cinco metros quadrados). Imóvel matriculado sob o nº 6.482 no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Rio Bonito/RJ.

AVALIAÇÃO: R\$ 372.500,00 (trezentos e setenta e dois mil e quinhentos reais), em 01 de setembro de 2025.

LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R\$ 186.250,00 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 10.377.500,00 (dez milhões, trezentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).

LANCE MÍNIMO TOTAL NO 2º LEILÃO: R\$ 5.188.750,00 (cinco milhões, cento e oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

**No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.*

DEPOSITÁRIO: Itens 01 a 03) ESPÓLIO DE NELSON CID LOUREIRO

ÔNUS: Itens 01 a 03) Indisponibilidade de bens, decretado conforme Aviso nº 1158/2011, publicado no Diário Oficial de 09 de janeiro de 2012. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá ofertar lances pela Internet, através do www.rioleiloes.com.br, efetuarem cadastramento prévio, no prazo máximo de 24h antes do leilão, confirmarem os lances e recolherem a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

ficando ciente de que os arrematantes deverão depositar à disposição do Juízo o valor da arrematação, via depósito Judicial, no prazo estabelecido, seguindo as demais regras da forma de pagamento escolhida para cada arrematação.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que officie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEACÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

Tratando-se de bem imóvel, urbano ou rural, e veículos, o interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar proposta de parcelamento, conforme as seguintes condições:

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

I – O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

II – As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

III – Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

IV – Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação.

Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

autorizado, deverá ser de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá **multa de 10% (dez por cento)** sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a **perda dos valores já pagos** em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. **Sobre direito de preferência – lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa.**

A primeira prestação vencerá 30 dias depois da arrematação e as demais, sucessivamente, independente da emissão da carta de arrematação. Não sendo dia útil, prorroga-se o pagamento para o primeiro dia útil seguinte.

O valor correspondente a 25% será considerado caução, ficando sujeito a perda em caso de atraso no pagamento de 03 prestações.

O registro da hipoteca judiciária sobre o bem deverá ser formalizado no prazo de 30 dias após a data da arrematação. Sendo que, após o pagamento de todas as prestações, ficam a cargo do arrematante as despesas cartorárias para levantamento do registro.

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição de registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fixa-se os honorários do leiloeiro oficial, pelo ato praticado em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, que deverão ser pagos pelo arrematante, para que não se alegue prejuízo das partes no processo de execução. Cientes também, que no ato do pagamento, remição ou acordo entre as partes, serão cobrados os serviços do Leiloeiro, na proporção de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação. Em caso de adjudicação, os honorários ficam por conta do adjudicante. Os valores em questão serão fixados na(s) avaliação(ões) e deverão ser incluídos na guia de depósito ou no Termo de Conciliação.

Em caso de remição, acordo ou pagamento após a realização do leilão, fará jus o leiloeiro ao percentual de 5% sobre o valor da arrematação, à ser pago pelo Executado, conforme previsão contida no artigo 7º, parágrafo 3º da Resolução 236 do Conselho Nacional de Justiça.

As demais despesas do leilão e demais ônus (impostos e taxas em geral), suportadas pelo leiloeiro na alienação dos bens móveis e imóveis correm por conta do arrematante/remitente, nos casos em que houver arrematação ou remição, respectivamente. Ficam cientes os interessados de que arcarão com os impostos, encargos e taxas para o devido registro.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

Eventuais ônus tributários, bem como débitos condominiais que recaiam sobre os imóveis serão sub-rogados sobre o preço da arrematação, conforme o art. 130 do CTN, observado o contido no art. 187 do mesmo diploma legal. Aplicável analogicamente ao IPVA, conforme decisão no AgRg no Resp 1322191/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/09/2012. No caso de veículos, o arrematante não arcará também com IPVA e multas de trânsito eventualmente existentes sobre estes bens até a data da arrematação, em face da natureza originária da aquisição, e na forma dos parágrafos 9º e 10º do artigo 328, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como em face de seu caráter personalíssimo.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no www.rioleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os**



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ

Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201

E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br

lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados.

O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolso, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Fica desde logo intimado o **RECLAMADO ESPÓLIO DE NELSON CID LOUREIRO**, representado pela Inventariante **GEORGIA MARIA FARIA CID LOUREIRO**, das datas acima, se porventura não for(em) encontrado(s) para intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE ITABORAÍ**

**Avenida Vereador Hermínio Moreira, nº. 380, Centro, Itaboraí/RJ, CEP: 24800-201
E-mail: vt02.itb@trt1.jus.br**

art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Itaboraí/RJ, 15 de junho de 2026.

Eu, _____, Diretor(a) de Secretaria, que o fiz digitar e subscrevi.

**DIANE ROCHA TROCOLI AHLERT
JUÍZA DO TRABALHO**

